



Estado do Amazonas  
Câmara Municipal de Iranduba  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL –  
CCJRF**

---

PARECER Nº /2020/CCJRF

DA: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

AO: PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA/AM

*O PROJETO DE LEI DISPÕE FIXA OS  
SUBSÍDIOS DO PREFEITO E VICE-  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRANDUBA,  
BEM COMO O DOS SECRETÁRIOS PARA O  
QUADRIÊNIO 2021/2024 E DA OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.*

**Relator: George Oliveira Reis - PV**

**I – RELATÓRIO**

Projeto de autoria da Mesa Diretora Câmara Municipal de Iranduba, que após ser lido em plenário, chega a estas Comissões, o Projeto de Lei nº 10/2020, que fixa os subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Iranduba, bem como o dos Secretários para o Quadriênio 2021/2024 e da outras providências.

**II – ANÁLISE**

Trata-se o projeto de Autoria da Mesa Diretora Câmara Municipal de Iranduba, que tem como objetivo fixa os subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Iranduba, bem como o dos Secretários para o Quadriênio 2021/2024, antes da edição da Emenda Constitucional nº 19/98, por força do inciso V do art. 29, tal qual o dos vereadores, obrigatoriamente, o subsídio do prefeito deveria estar vinculado a apenas uma legislatura.

**Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios**

---

Travessa Tambaqui, s/nº, Centro Iranduba- AM.  
Câmara Legislativa dos vereadores  
Fone: (92) 33671156



Estado do Amazonas  
Câmara Municipal de Iranduba  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL –  
CCJRF**

---

Estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos: [...] V -remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores fixada pela Câmara Municipal em cada legislatura, para a subsequente, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2.º, I;

Com o advento da EC mencionada, esta sistemática foi modificada:

**Art. 29.** O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos: [...] V -subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

Logo, a Constituição passou a prever que os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais serão fixados por meio de lei de iniciativa da Câmara Municipal, sem a obrigatoriedade de observância do princípio da anterioridade, de maneira que os respectivos subsídios podem ser fixados a cada ano, sem restrição de data.

No entanto, a Lei Orgânica do município de Iranduba<sup>1</sup> prevê no inciso X do





Estado do Amazonas  
Câmara Municipal de Iranduba  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL –  
CCJRF**

---

art. 17 que a fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito Secretários Municipais deve observar o princípio da anterioridade, devendo ser fixada em cada legislatura para a subsequente. É importante esclarecer que este também é o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO.  
VEREADORES. SUBSÍDIO. AUMENTO, DE  
FORMA RETROATIVA. IMPOSSIBILIDADE.  
VIOLAÇÃO AO ART. 29, V, DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRECEDENTES.

**1 Art.17. É da competência exclusiva da Câmara Municipal: [...]**

**X - fixar a remuneração dos Vereadores, do Prefeito e do Vice - Prefeito, em  
cada Legislatura, para a subsequente, observado o que dispõe a Constituição  
Federal e a Estadual e os limites e critérios previstos nesta lei;**

1. A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CONSOLIDOU ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE A REMUNERAÇÃO DE PREFEITO, DE VICE-PREFEITO E DE VEREADORES SERÁ FIXADA PELA CÂMARA MUNICIPAL PARA A LEGISLATURA SUBSEQUENTE, EM CONFORMIDADE COM O ART. 29, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 2. CASO EM QUE INOBSERVADO O ART. 29, V, DA CARTA MAGNA, POIS OS VEREADORES MAJORARAM, DE FORMA RETROATIVA, SUA REMUNERAÇÃO. 3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.” (RE 458.413–AGR, REL. MIN. TEORI

---

Iranduba Irandubaqui, s/n, Centro Iranduba- AM.  
Câmara Legislativa dos vereadores  
Fone: (92) 33671156



Estado do Amazonas  
Câmara Municipal de Iraduba  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL –  
CCJRF**

---

ZAVASCKI, SEGUNDA TURMA, DJE DE 22/8/2013, GRIFEI) CONSTITUCIONAL. PREFEITO, VICE-PREFEITO E VEREADORES. FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO. OBRIGATORIEDADE DE SER FEITA NA LEGISLATURA ANTERIOR PARA VIGORAR NA SUBSEQUENTE. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE. PRECEDENTES. 3. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS SUFICIENTES PARA INFIRMAR A DECISÃO RECORRIDA. 4. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.” (AI 843.758–AGR, REL. MIN. GILMAR MENDES, SEGUNDA TURMA, DJE DE 13/3/2012, GRIFEI) AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREFEITO, VICE-PREFEITO E VEREADORES. REMUNERAÇÃO. MAJORAÇÃO. FIXAÇÃO. LEGISLATURA SUBSEQUENTE. ART. 29, V, DA CONSTITUIÇÃO. PRECEDENTES. AGRAVO IMPROVIDO. I – O TRIBUNAL DE ORIGEM, AO CONSTATAR QUE OS ATOS 3 E 4/97 DA MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS TRADUZIRAM MAJORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO, AGIRAM EM

---

Iravessa Iampaqui, s/n, Centro Iraduba- AM.  
Câmara Legislativa dos vereadores  
Fone: (92) 33671156



Estado do Amazonas  
Câmara Municipal de Iranduba  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL –  
CCJRF**

---

CONFORMIDADE COM O  
ENTENDIMENTO PACÍFICO DESTA  
SUPREMA CORTE NO SENTIDO DE QUE  
A REMUNERAÇÃO DE PREFEITO, VICE-  
PREFEITO E DE VEREADORES SERÁ  
FIXADA PELA CÂMARA MUNICIPAL,  
PARA A LEGISLATURA SUBSEQUENTE,  
DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ART.  
29, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL .  
PRECEDENTES. II – AGRAVO  
REGIMENTAL IMPROVIDO.” (AI 776.230–  
AGR, REL. MIN. RICARDO  
LEWANDOWSKI, PRIMEIRA TURMA, DJE  
DE 26/11/2010) CONSTITUCIONAL.  
AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO  
EXTRAORDINÁRIO. VEREADORES.  
REMUNERAÇÃO. FIXAÇÃO.  
LEGISLATURA SUBSEQÜENTE.  
PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE. CF/88,  
ART. 29, V. 1. PRINCÍPIO DA  
ANTERIORIDADE - A REMUNERAÇÃO  
DE PREFEITO, VICE-PREFEITO E DE  
VEREADORES SERÁ FIXADA PELA  
CÂMARA MUNICIPAL, PARA A  
LEGISLATURA SUBSEQUENTE (CF, ART.  
29, V). PRECEDENTES. 2. AS RAZÕES DO  
REGIMENTAL NÃO ATACAM OS  
FUNDAMENTOS DA DECISÃO  
AGRAVADA. 3. AGRAVO REGIMENTAL

---

Travessa Irapuqui, s/nº, Centro Iranduba- AM.  
Câmara Legislativa dos vereadores  
Fone: (92) 33671156





Estado do Amazonas  
Câmara Municipal de Iranduba  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL -  
CCJRF**

---

IMPROVIDO." (RE 229.122- AGR, REL.  
MIN. ELLEN GRACIE, SEGUNDA TURMA,  
DJF DE 19/12/2008, GRIFED) DIREITO  
CONSTITUCIONAL. AGRADO  
REGIMENTAL EM AGRADO DE  
INSTRUMENTO. REQUISITOS PARA  
AJUIZAMENTO DE AÇÃO POPULAR. LEIS  
QUE CONCEDERAM REAJUSTE DE  
AGENTES POLÍTICOS NO CURSO DA  
MESMA LEGISLATURA.  
IMPOSSIBILIDADE. 1. A  
JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SE  
ORIENTA NO SENTIDO DE QUE A  
PRÓPRIA ILEGALIDADE DO ATO  
PRATICADO CONFIGURA LESIVIDADE  
AO ERÁRIO, SENDO LEGÍTIMA A  
INTERPOSIÇÃO DA AÇÃO POPULAR.  
PRECEDENTES. 2. O SUPREMO  
TRIBUNAL FEDERAL ASSENTOU QUE O  
ART. 29, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL  
É AUTOAPLICÁVEL, DEVENDO O  
SUBSÍDIO DOS AGENTES POLÍTICOS SER  
FIXADO ATÉ O FINAL DE UMA  
LEGISLATURA PARA PRODUZIREM  
EFEITOS NA SEGUINTE. PRECEDENTES.  
3. PARA DISSENTIR DA CONCLUSÃO  
FIRMADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM,  
NO SENTIDO DE QUE O DECRETO  
LEGISLATIVO Nº 156/1996 E A

---

Iravessa Iampaqui, s/nº, Centro Iranduba- AM.  
Câmara Legislativa dos vereadores  
Fone: (92) 33671156



Estado do Amazonas  
Câmara Municipal de Iranduba

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL -  
CCJRF**

---

RESOLUÇÃO Nº 157/1996 IMPLICARAM REAJUSTE DA REMUNERAÇÃO DOS AGRAVANTES E PRODUZIRAM EFEITOS NA MESMA LEGISLATURA, SERIA IMPRESCINDÍVEL A ANÁLISE DAS NORMAS LOCAIS ACIMA MENCIONADAS, BEM COMO O REEXAME DOS FATOS E DO MATERIAL PROBATÓRIO CONSTANTES DOS AUTOS, PROVIDÊNCIAS VEDADAS NESTE MOMENTO PROCESSUAL (SÚMULAS 279 E 280/STF). 4. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS CAPAZES DE INFIRMAR A DECISÃO AGRAVADA. 5. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO" (AI 745.203-AGR, REL. MIN. ROBERTO BARROSO, PRIMEIRA TURMA).

Desta forma, o entendimento do STF é no sentido de que a remuneração de Prefeito, Vice-Prefeito e de Secretários Municipais, assim como ocorre com os vereadores, será fixada pela Câmara Municipal, para a legislatura subsequente, de acordo com o disposto no art. 29, VI, da Constituição Federal, que é considerado autoaplicável.

Quanto ao prazo da propositura da lei de subsídios, a Constituição Federal, tampouco a Lei Orgânica do município prevê prazo específico.

No entanto, em razão de estarmos diante de eleições municipais onde há a possibilidade de reeleição dos atuais agentes políticos, é extremamente relevante que os atuais agentes, em efetivo exercício de seus mandatos, fiquem atentos às normas

---

Travessa Tambaqui, s/nº, Centro Iranduba- AM.  
Câmara Legislativa dos vereadores  
Fone: (92) 33671156



Estado do Amazonas  
Câmara Municipal de Iranduba  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL –  
CCJRF**

---

constitucionais, atinentes à fixação dos subsídios de todos os agentes políticos da próxima legislatura.

Assim, a alteração dos subsídios dos agentes políticos, além de obrigatoriamente dever ser realizada através de ato normativo, deverá ser aprovada antes dos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao término do mandato. Tal observação, tem como base o art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que aponta o prazo de 180 dias anteriores ao fim do mandato como prazo final para "ato que resulte aumento da despesa de pessoal":

**Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:**

**I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta lei complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da constituição;**

**II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.**

**Parágrafo Único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo poder ou órgão referido no art. 20.**

É importante citar que o referido artigo foi alterado pela Lei Complementar nº 173/2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Foram acrescentados novos incisos e parágrafos ao art. 21, a saber:

**Art. 7º A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio**  
**de**

\_\_\_\_\_  
Travessa Iampaqui, s/nº, Centro Iranduba- AM.  
Câmara Legislativa dos vereadores  
Fone: (92) 33671156





Estado do Amazonas  
Câmara Municipal de Iranduba  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL –  
CCJRF**

---

2000, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 21. É nulo de pleno direito: I - o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda: a) às exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal; e b) ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo; II - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20; III - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20; IV - a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando: a) resultar em aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias



Estado do Amazonas  
Câmara Municipal de Iranduba  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL -  
CCJRF**

---

anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo; ou b) resultar em aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo.

§ 1º As restrições de que tratam os incisos II, III e IV: I - devem ser aplicadas inclusive durante o período de recondução ou reeleição para o cargo de titular do Poder ou órgão autônomo; e II - aplicam-se somente aos titulares ocupantes de cargo eletivo dos Poderes referidos no art. 20. § 2º Para fins do disposto neste artigo, serão considerados atos de nomeação ou de provimento de cargo público aqueles referidos no § 1º do art. 169 da Constituição Federal ou aqueles que, de qualquer modo, acarretem a criação ou o aumento de despesa obrigatória.

Em verdade, não houveram mudanças expressivas nas alterações do art. 21, posto que, o texto original da LRF já considerava nulo de pleno direito o ato que provoque aumento de despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do titular do respectivo Poder ou órgão.

Desta forma, se observa a importância do prazo estipulado no inciso II do art. 21 da Lei nº101/2000, com alteração dada pela Lei Complementar nº173/2020, cujo conteúdo veda a aumento de despesas nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder.

Assim, é o entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, que segue em consonância com o entendimento exarado pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, destacando a manifestação do Exmo. Ministro Mauro Campbell Marques no REsp 1170241/MS:

Travessa Irapuqui, s/nº, Centro Iranduba- AM.  
Câmara Legislativa dos vereadores  
Fone: (92) 33671156





Estado do Amazonas  
Câmara Municipal de Iranduba  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL -  
CCJRF**

---

ACERCA DO OBJETO DA PRESENTE REPRESENTAÇÃO, FILIO-ME AO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS. ENTENDO QUE AS LEIS QUE FIXAM OS SUBSÍDIOS DE AGENTES POLÍTICOS DEVE OBSERVAR O PRAZO DE 180 DIAS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 21 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. O MINISTÉRIO PÚBLICO TRANSCREVEU A MANIFESTAÇÃO DO EXCELENTÍSSIMO MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES NO RESP 1170241/MS, O QUAL TAMBÉM O FAÇO: "3. NO MAIS, NOTE-SE QUE A LC N. 101/00 É EXPRESSA AO VEDAR A MERA EXPEDIÇÃO, NOS 180 DIAS ANTERIORES AO FINAL DO MANDATO DO TITULAR DO RESPECTIVO PODER, DE ATO QUE RESULTE O AUMENTO DE DESPESA COM PESSOAL. 4. NESSE SENTIDO, POUCO IMPORTA SE O RESULTADO DO ATO SOMENTE VIRÁ NA PRÓXIMA GESTÃO E, POR ISSO MESMO, NÃO PROCEDE O ARGUMENTO DE QUE O NOVO SUBSÍDIO "SÓ FOI IMPLANTADO NO MANDATO SUBSEQUENTE, NÃO NO PERÍODO VEDADO PELA LEI". EM VERDADE, ENTENDER O CONTRÁRIO RESULTARIA EM DEIXAR À MÍNGUA DE EFICÁCIA O ART. 21, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, POIS SE DEIXARIA DE EVITAR OS RISCOS E DE CORRIGIR OS DESVIOS CAPAZES DE AFETAR O EQUILÍBRIO

---

Travessa Tambaqui, s/nº, Centro Iranduba- AM.  
Câmara Legislativa dos vereadores  
Fone: (92) 33671156





Estado do Amazonas  
Câmara Municipal de Iranduba  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL –  
CCJRF**

---

DAS CONTAS PÚBLICAS NA PRÓXIMA GESTÃO 5.  
E MAIS: TAMPOUCO INTERESSA SE O ATO  
IMPORTA EM AUMENTO DE VERBA PAGA A  
TÍTULO DE SUBSÍDIO DE AGENTE POLÍTICO, JÁ  
QUE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NÃO  
DISTINGUE A ESPÉCIE DE ALTERAÇÃO NO  
ERÁRIO PÚBLICO, BASTA QUE, COM A EDIÇÃO  
DO ATO NORMATIVO, HAJA EXASPERAÇÃO DO  
GASTO PÚBLICO COM O PESSOAL ATIVO E  
INATIVO DO ENTE PÚBLICO. EM OUTROS  
TERMOS, A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL,  
EM RESPEITO AO ARTIGO 163, INCISOS I, II, III E  
IV, E AO ARTIGO 169 DA CONSTITUIÇÃO  
FEDERAL, VISANDO UMA GESTÃO FISCAL  
RESPONSÁVEL, ENDEREÇA-SE  
INDISTINTAMENTE A TODOS OS TITULARES DE  
ÓRGÃO OU PODER, AGENTES POLÍTICOS OU  
SERVIDORES PÚBLICOS, CONFORME SE INFERE  
DO ARTIGO 1º, §1 E 2º DA LEI REFERIDA.”

Sobre o tema, o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, por meio da  
Decisão nº 81/2018-TCE-TRIBUNAL PLENO, exarada nos autos do processo nº  
10727/2017, julgou a Lei Municipal nº 318/2016 que fixou os subsídios dos vereadores  
do município de Iranduba para a legislatura 2017/2020 ILEGAL.

Segundo a representação formulada pela Secretaria de Controle Externo do  
TCE/AM, em face da Câmara Municipal de Iranduba e do Sr. Ernandes José Lima  
Rocha, Presidente da Câmara à época, mais especificamente, contra a Lei Municipal  
318/2016, apesar de ter sido atendido o limite fixado no artigo 29, V c/c artigo 37, XI,  
da Constituição Federal, a lei não se encontrava em conformidade com a Lei nº



Estado do Amazonas  
Câmara Municipal de Iranduba  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL -  
CCJRF**

---

101/2000, em relação ao seu parágrafo único do artigo 21 que determinava que nos últimos 180 dias do mandato não poderia haver aumento de despesa.

Desta forma, a decisão exarada pelo TCE/AM concedeu prazo ao Presidente da Câmara Municipal de Iranduba à época para sustar a Lei Municipal em questão, com a cessação do pagamento do aumento ilegal e retorno aos valores anteriormente aplicados.

Assim, os projetos de lei que fixem os subsídios dos agentes políticos devem ser apresentados antes dos 180 dias anteriores ao término dos mandatos dos membros do Poder Legislativo e Executivo, sob pena de ser considerado NULO. Este também é o entendimento dos Tribunais de Justiça brasileiros:

AGRAVO DE INSTRUMENTO.  
FINANCEIRO. LEIS Nº 905/16 E 906/16 DO  
MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA - CE.  
ACRÉSCIMO DA REMUNERAÇÃO DOS  
MEMBROS DO PODER EXECUTIVO E  
LEGISLATIVO. AUMENTO DE DESPESA  
COM PESSOAL. PERÍODO DEFESO. 180  
DIAS ANTERIORES AO TÉRMINO DA  
LEGISLATURA. ART. 21 DA LEI  
COMPLEMENTAR Nº 101/2000 – LEI DE  
RESPONSABILIDADE FISCAL. PRESENÇA  
DO FUMUS BONI IURIS E DO PERICULUM  
IN MORA. DECISÃO DO JUÍZO A QUO  
MANTIDA 1. TRATA-SE DE AGRAVO DE  
INSTRUMENTO EM FACE DE DECISÃO  
PROLATADA NOS AUTOS DE AÇÃO CIVIL  
PÚBLICA, CUJO OBJETO É O AUMENTO  
DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES, DO

---

Travessa Tambaqui, s/nº, Centro Iranduba- AM.  
Câmara Legislativa dos vereadores  
Fone: (92) 33671156



Estado do Amazonas  
Câmara Municipal de Iraduba  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL –  
CCJRF**

---

PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS DO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA-CE, OPERADO PELAS LEI MUNICIPAIS Nº 905/16 E Nº 906/16. 2. A DECISÃO VERGASTADA CONCEDEU A TUTELA DE URGÊNCIA INAUDITA ALTERA PARS, NO SENTIDO DE DETERMINAR A SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DO REFERIDO ACRÉSCIMO REMUNERATÓRIO, SOB PENA DE RESPONSABILIDADE PESSOAL DO AGENTE PAGADOR, SUJEITANDO-O À MULTA DIÁRIA DE R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS). 3. O PERIGO DA DEMORA RESTA EVIDENTE, UMA VEZ QUE O DECURSO DO TEMPO CAUSARÁ DANOS IRREVERSÍVEIS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MORMENTE CONSIDERANDO A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, SEGUNDO A QUAL DESCABE A DEVOLUÇÃO DE VALORES DE NATUREZA ALIMENTÍCIA RECEBIDOS DE BOA-FÉ PELO SERVIDOR PÚBLICO EM DECORRÊNCIA DE INTERPRETAÇÃO ERRÔNEA DA LEI PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 4. QUANTO À PROBABILIDADE DO DIREITO, VERIFICA-SE QUE AS LEIS MUNICIPAIS Nº 905/16 E Nº 906/16, PROMULGADAS EM 06/07/2016,

---

Travessa Tambaqui, s/nº, Centro Iraduba- AM.  
Câmara Legislativa dos vereadores  
Fone: (92) 33671156





Estado do Amazonas  
Câmara Municipal de Iranduba  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL –  
CCJRF**

---

AUMENTARAM A DESPESA PARA A LEGISLATURA SEGUINTE, VIOLANDO O ART. 21, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LRF, SEGUNDO O QUAL OS PROJETOS DE LEI QUE TRATAM DE AUMENTO DE DESPESA DA LEGISLATURA SEGUINTE DEVEM SER APRESENTADOS ANTES DOS 180 DIAS ANTERIORES AO TÉRMINO DOS MANDADOS DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E DO LEGISLATIVO 5. APESAR DO DISPOSITIVO LEGAL SUPRACITADO, O RECORRENTE PUGNA PELA APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE À ESPÉCIE, COM O INTUITO DE MITIGAR O PRAZO PREVISTO PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. TODAVIA, A LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA DA MATÉRIA É PEREMPTÓRIA AO AFIRMAR A NULIDADE DO ATO PRATICADO DENTRO DO PERÍODO DEFESO. ALÉM DISSO, OS PRINCÍPIOS REFERIDOS CONFIGURAM GARANTIAS DO CIDADÃO CONTRA O EXERCÍCIO DO PODER PELO ESTADO E NÃO UM INSTRUMENTO PARA O PRÓPRIO PODER PÚBLICO DESVENCILHAR-SE DAS RESTRIÇÕES IMPOSTAS PELA LEI. 6.

---

Travessa Tambaqui, s/nº, Centro Iranduba- AM.  
Câmara Legislativa dos vereadores  
Fone: (92) 33671156



Estado do Amazonas  
Câmara Municipal de Iranduba  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL -  
CCJRF

---

DESTA FEITA, UMA VEZ PRESENTADOS  
OS PRESUNTORES AUTORIZADORES DA  
CONCESSÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA,  
ANTEOUI BEM O JUÍZO DE PRIMEIRA  
INSTÂNCIA AO CONCEDER O PLEITO  
ANTICIPATÓRIO E AGRAVO DE  
INSTRUMENTO CONHECIDO E  
DESPROVIDO ACÓRDÃO VISTOS,  
RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES  
AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO  
PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE,  
EM CONHECER DO AGRAVO DE  
INSTRUMENTO, PARA NEGAR-LHE  
PROVIMENTO FORTALEZA, DATA E  
HORA INDICADAS NO SISTEMA.  
PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR  
DESEMBARGADOR FRANCISCO DE ASSIS  
FILGUEIRA MENDES RELATOR TJ-CE - AI:  
06213099320178060000 CE 0621309-  
93.2017.8.06.0000, RELATOR: FRANCISCO  
DE ASSIS FILGUEIRA MENDES, DATA DE  
JULGAMENTO: 09/12/2019, 3ª CÂMARA  
DIREITO PÚBLICO, DATA DE  
PUBLICAÇÃO: 10/12/2019)

Deste modo, será NULO de pleno direito apenas o ato que resultar aumento da despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao término do mandato, de forma que é plenamente legal a edição de lei, nos 180 dias que antecedem o término do mandato, desde que, não ocasione aumento de despesa.

Travessa Iambuqui, s/n, Centro Iranduba- AM.  
Câmara Legislativa dos vereadores  
Fone: (92) 33671156



Estado do Amazonas  
Câmara Municipal de Iranduba  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL -  
CCJRF**

É importante ressaltar que essa conduta também é punida criminalmente, na forma do art. 359-F do Código Penal:

Art. 359-G. Ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura: Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

Frisa-se, assim, a necessidade de que as Câmaras Municipais fixem os subsídios dos agentes políticos da próxima legislatura antes dos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao término dos mandatos, sob pena de violar o art. 21, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### **IV - VOTO**

Diante do exposto, emitimos nosso PARECER DESFAVORAVEL, concluindo pela ILEGALIDADE do Projeto de Lei nº 010/2020, em razão de não ter respeitado o prazo de 180 (cento e oitenta) anteriores ao término dos mandatos para editar ato que resulte aumento de despesas, violando assim o art. 21, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em função disso, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final - CCJRF, pelo voto da maioria, NÃO APROVOU o Projeto em referência.

**É O PARECER.**

**SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA, 13 DE AGOSTO DE 2020.**

Travessa Tambaqui, s/nº, Centro Iranduba- AM.  
Câmara Legislativa dos vereadores  
Fone: (92) 33671156





Estado do Amazonas  
Câmara Municipal de Iraduba  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CCJRF**

---

VER. LARISSA RUFINO GOMES- PSDB  
Presidente-CCJRF

VER. EDSON NICÁCIO SERRÃO – PSB  
Membro-CCJRF

VER. GEORGE OLIVEIRA REIS – PV  
Relator - CCJRF

---

Travessa Tambaqui, s/nº, Centro Iraduba- AM.  
Câmara Legislativa dos vereadores  
Fone: (92) 33671156